



Câmara Municipal de Lisboa

INSTRUÇÕES

As presentes instruções são meramente indicativas e não dispensam a entrega dos documentos legalmente exigíveis nem a consulta da legislação aplicável

1. Requerimento

Base legal: artigo 1º da Portaria nº 1188/2003, artigo 18º, nº 1, a), artigo 19º, nº 1, a), artigo 20º, nº 1, a) e artigo 21º, nº 2 da Portaria nº 1515/2007

2. Cópia do documento de identificação do requerente (em função da respetiva qualidade)

Pessoas singulares: documento de identificação;

Sociedades: certidão da conservatória do registo comercial emitida há menos de um ano ou código de acesso à certidão permanente; documento de identificação do(s) representante(s) legal(is);

Associações ou Fundações: estatutos; ata de eleição dos corpos diretivos; documento de identificação do(s) representante(s) legal(is);

Mandatários: procuração ou outro documento que confira a representação; documento de identificação do mandatário

Base legal: artigo 1º da Portaria nº 1188/2003, artigo 18º, nº 1, a), artigo 19º, nº 1, a), artigo 20º, nº 1, a) e artigo 21º, nº 2 da Portaria nº 1515/2007

3. Documentos comprovativos do direito à utilização do terreno onde se pretende realizar a instalação

Base Legal: artigo 2º da Portaria nº 1188/2003, artigo 18º, nº 1, b), artigo 19º, nº 1, b), artigo 20º, nº 1, b), artigo 21º, nº 2, a) da Portaria nº 1515/2007

4. Projeto das instalações, constituído por memória descritiva e peças desenhadas (2 coleções em papel e uma cópia adicional por cada entidade a consultar), assinadas pelo autor de projeto inscrito na respetiva associação pública profissional

A memória descritiva deve enunciar o objetivo do projeto e caraterizar as instalações a construir, indicando, nomeadamente, quando aplicáveis, os seguintes elementos:

- Finalidade da instalação;
- Produtos a armazenar;
- Capacidade de cada reservatório e sua caracterização (ou, sendo um armazém de taras de GPL, número e capacidades das garrafas);
- Normas e códigos construtivos e de segurança a que obedece a instalação, os materiais e os acessórios;
- Equipamentos e disposições de segurança, higiene, salubridade e proteção ambiental;
- Para as instalações de armazenamento de produtos derivados do petróleo, cujo licenciamento é competência da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) ou quando solicitado pela entidade licenciadora:
 - Demonstração dos cálculos de resistência, de estabilidade e de fundações, assinada pelo respetivo responsável;
 - Princípios de funcionamento da instalação;
- Identificação dos interesses relevantes potencialmente afetados pela instalação (nomeadamente servidões ou valores arquitetónicos).

As peças desenhadas, incluindo as plantas, os cortes e alçados apropriados, devem permitir uma adequada definição espacial das instalações e a identificação de todos os seus componentes, bem como a sua relação mútua e com a envolvente, compreendendo, conforme aplicável:

- Planta topográfica, à escala de 1:10 000 ou outra adequada, mostrando a localização da instalação;
- Planta geral de instalação, em escala não inferior a 1:1000, definindo com rigor os seus limites e as suas confrontações numa faixa de 100m onde se identifiquem, pelo menos, as ruas e, numa faixa de 50m adjacente à instalação, os edifícios habitados, ocupados ou que recebem público;
- Plantas, alçados e cortes, em escala não inferior a 1:100, que definam completamente a instalação e identifiquem todos os seus elementos relevantes (nomeadamente reservatórios, tubagens, válvulas, unidades de abastecimento, respiros e sistema de recuperação de gases, drenagens e sistemas de tratamento de águas residuais, conforme aplicável);



Câmara Municipal de Lisboa

INSTRUÇÕES

- Para as instalações cujo licenciamento é competência da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) ou quando solicitado pela entidade licenciadora, diagrama processual.

Base legal: artigos 5º e 6º da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007, artigo 2º, nº 1 do anexo da Portaria nº 422/2009

5. Declaração de conformidade do projeto com a regulamentação de segurança aplicável, assinada pelo técnico autor de projeto inscrito na associação pública profissional, em conformidade com o estatuto dos responsáveis técnicos

Base legal: artigo 3º da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007

6. Comprovativo do seguro de responsabilidade civil do técnico autor de projeto

O técnico autor de projeto deve comprovar a existência de seguro de responsabilidade civil que cubra os riscos da respetiva atividade, me montante a definir pela entidade licenciadora.

Base legal: artigo 13º, nº 7 do Decreto-Lei nº 267/2002, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 217/2012

7. Projeto em suporte digital (pontos 4 e 5)

O projeto em suporte digital inclui peças escritas em PDF assinadas, incluindo os termos de responsabilidade e peças desenhadas em DWF.

Base legal: artigo 121º, nº 5 do RMUEL

Os formatos digitais devem ser elaborados do seguinte modo:

Formato digital PDF:

Na elaboração dos ficheiros PDF devem ser adotadas as seguintes normas:

- Utilizar o formato PDF exclusivamente para peças escritas ou fotografias;
- As peças escritas devem ser assinadas pelo técnico autor do projeto antes da digitalização;
- Deve ser entregue um ficheiro PDF por cada ponto do requerimento, que deve contemplar todas as folhas desse mesmo ponto;
Ex. Termo de responsabilidade do autor de projeto deve formar um PDF que inclua:
 - Termo de responsabilidade do autor de projeto, assinado;
 - Cópia do documento de identificação do técnico;
 - Cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil;
 - Declaração válida da associação profissional do técnico.
- Os ficheiros deverão ser entregues em suporte digital (CD / DVD ou PenDrive) e todos os elementos de uma mesma entrega devem estar gravados no mesmo suporte e numa única pasta / diretoria;
- Cada ficheiro deverá ter no máximo 50MB.

Formato digital DWF:

O formato DWF é aberto, podendo qualquer produtor de *software* criar aplicações que tirem partido das potencialidades do DWF, quer na sua criação, quer importando ou extraindo dados destes ficheiros.

Na elaboração dos ficheiros DWF deverão ser adotadas as seguintes normas:

- Utilizar o formato DWF exclusivamente para peças desenhadas;
- Quando um ficheiro DWF se refere a um projeto ou a um processo, deverá conter todas as folhas relativas a esse projeto ou processo. Só poderá ser aceite um único ficheiro, que terá sempre que conter a totalidade do projeto ou processo, sendo identificado o mais recente pela versão constante na designação do mesmo;
- A substituição de elementos deverá consistir na entrega de um novo ficheiro que deve conter todas as páginas do projeto ou processo, identificando no índice todas as peças alteradas;
- Os ficheiros deverão ser entregues em suporte digital (CD / DVD ou PenDrive) e todos os elementos de uma mesma entrega devem estar gravados no mesmo suporte e numa única pasta / diretoria;



Câmara Municipal de Lisboa

INSTRUÇÕES

- Cada ficheiro deverá ter no máximo 50MB;
- A primeira página de qualquer ficheiro DWF deverá ser uma folha de índice, identificando todas as páginas que compõem o mesmo. Este índice pode ser criado em qualquer programa de texto e "impresso" para DWF usando o driver gratuito DWF Writer;
- O formato DWF deve conter desenhos com *layers* ativos;
- O nome do ficheiro deverá referir-se à designação do projeto ou conter uma referência ao processo, devendo incluir sempre um número de versão;
- A responsabilidade pela preparação do ficheiro é inteiramente de quem o cria e possui os originais digitais, sejam textos ou desenhos. A CML nunca poderá fazer alteração a este ficheiro para que em qualquer momento se possa certificar a autenticidade do mesmo. Existem várias formas de validar a informação contida num ficheiro DWF, sendo a assinatura digital adotada quando a tecnologia o permitir;
- Todas as folhas contidas no ficheiro DWF deverão ser criadas com o formato/dimensão igual ao de impressão. Por exemplo, um desenho que seria impresso em A1 deverá passar a DWF com o mesmo formato;
- A Unidade deverá ser sempre o Metro;
- Os desenhos deverão ser apresentados com a relação "uma unidade / um metro";
- O mínimo exigível em termos de unidades medíveis num desenho em DWF é o milímetro. Deverá o autor configurar a impressão para que a componente vetorial do ficheiro tenha pontos de polegada (DPI) suficientes para garantir esta precisão;
- Todas as folhas criadas a partir de aplicações CAD deverão permitir a identificação e controle da visibilidade dos *layers*;
- A última folha deverá conter uma lista de Standards, nomeadamente a listagem de todos os nomes de *layers* e respetivas descrições;
- Os *layers*, independentemente dos nomes, terão que permitir separar os seguintes elementos do desenho: paredes, portas e janelas, tramas ou grisés, elementos decorativos ou mobiliário, arranjos exteriores, legenda e esquadria, cotas, texto relativo a áreas, texto relativo à identificação dos espaços, quadros e mapas, imagens

(como ortofotos). Qualquer uma destas categorias tem que estar contida num *layer* isolado.

8. Planta de localização à escala 1:10 000 ou outra adequada, mostrando a localização da instalação

Base legal: artigo 18º, nº 1, c) da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007

9. Descrição sumária da instalação, incluindo desenhos da implantação dos reservatórios e do traçado da rede de distribuição (se aplicável)

Base legal: artigo 18º, nº 1, d) da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007

10. Projeto em suporte digital (pontos 8 e 9)

Consultar instruções no ponto 7.

Base legal: artigo 121º, nº 5 do RMUEL

11. Planta de localização à escala 1:10 000 ou outra adequada, mostrando a localização da instalação

Base legal: artigo 19º, nº 1, c) da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007

12. Projeto de instalação com memória descritiva e desenho de implantação dos reservatórios e traçado da rede (se aplicável), assinado pelo técnico autor de projeto

Base legal: artigo 19º, nº 1, d) da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007



Câmara Municipal de Lisboa

INSTRUÇÕES

13. Declaração de conformidade do projeto, assinada pelo técnico autor de projeto inscrito na respetiva associação pública profissional, em conformidade com o estatuto dos responsáveis técnicos

Base legal: artigo 19º, nº 1, e) da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007, artigo 2º, nº 1 do anexo da Portaria nº 422/2009

14. Projeto em suporte digital (do ponto 11 ao 13)

Consultar instruções no ponto 7.

Base legal: artigo 121º, nº 5 do RMUEL

15. Planta de localização à escala 1:10 000 ou outra adequada, mostrando a localização da instalação

Base legal: artigo 20º, nº 1, c) da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007

16. Ficha técnica da instalação, com indicação da capacidade prevista e das regras de segurança previstas

A ficha técnica da instalação deve indicar a capacidade prevista, bem como as regras de segurança previstas nas [Portarias nº 451/2001](#), de 5 de maio e [460/2002](#), de 8 de maio.

Base legal: artigo 20, nº 1, d) da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007

17. Projeto em suporte digital (pontos 15 e 16)

Consultar instruções no ponto 7.

Base legal: artigo 121º, nº 5 do RMUEL

18. Certificado de inspeção das instalações emitido por uma entidade inspetora (EI) reconhecida pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) respeitante ao cumprimento das regras de segurança

Base legal: artigo 21º, nº 2, c) da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007

19. Indicação da entidade exploradora das instalações reconhecida pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)

A indicação da entidade exploradora das instalações reconhecida pela DGEG deve ser efetuada quando tal for exigível nos termos do [Decreto-Lei nº 125/97](#), de 23 de maio.

Base legal: artigo 21º, nº 2, d) da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007

20. Para o equipamento sob pressão, certificado de aprovação da instalação

O certificado de aprovação da instalação é emitido nos termos do [Decreto-Lei nº 97/2000](#), de 25 de maio.

Base legal: artigo 21º, nº 2, e) da Portaria nº 1188/2003, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007

Legislação

[Código do Procedimento Administrativo](#) (Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro)

[Define as regras aplicáveis ao projeto, à construção, à exploração técnica e à segurança das redes e ramais de distribuição de gases combustíveis da 3.a família \(GPL\)](#) (Decreto-Lei nº 125/97, de 23 de maio)



Câmara Municipal de Lisboa

INSTRUÇÕES

[Estabelece medidas de modernização administrativa](#) (Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 73/2014, de 13 de maio)

[Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis](#) (Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 217/2012, de 9 de outubro)

[Estabelece o regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios](#) (Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro)

[Estatuto dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis](#) (Portaria nº 422/2009, de 21 de abril)

[Plano Diretor Municipal de Lisboa](#) (Aviso nº 11622/2012, publicado no Diário da República nº 168, 2ª série, de 30 de agosto)

[Regula os pedidos de licenciamento de combustíveis](#) (Portaria nº 1188/2003, de 10 de outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1515/2007, de 30 de novembro)

[Regulamento de abastecimento de combustíveis líquidos na área do domínio público do concelho de Lisboa](#) (Edital nº 32/1961, com as alterações introduzidas pelos Editais n.ºs 30/1962, 66/1968 e 89/1992)

[Regulamento de construção e exploração de postos de abastecimento de combustíveis](#) (Portaria nº 131/2002, de 9 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela [Portaria nº 362/2005](#), de 4 de abril)

[Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas](#) (Aviso nº 11983/2009, publicado no Diário da República nº 129, 2ª série, de 7 de julho, alterado pelo Aviso nº 13293/2012, publicado no Diário da República nº 193, 2ª série, de 4 de outubro)

[Regulamento de segurança das instalações de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos \(GPL\) com capacidade até 200 m³ por recipiente](#) (Portaria nº 460/2001, de 8 de maio)

[Regulamento de segurança das instalações para armazenagem e tratamento industrial de petróleos brutos, seus derivados e resíduos](#) (Decreto-Lei nº 36 270, de 9 de maio de 1947)

[Regulamento de segurança relativo à construção, exploração e manutenção das instalações dos parques de garrafas de gases de petróleo liquefeitos \(GPL\)](#) (Portaria nº 451/2001, de 5 de maio)